

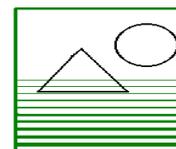
Responsabilidade do governo municipal

Março de 2005



International
Institute for
Environment and
Development

Network for Learning
and Innovation



Training Support
Programme for
Community Based
Natural Resources
Management in
Malawi

Robert Kafakoma, Margaret Roka e Patrick Chimutu (tsp@malawi.net), junto com o Malawi Forest Governance Learning Group - FGLG (Grupo de Aprendizagem de Governança Florestal de Malauí), prepararam esta ferramenta em parceria com Duncan Macqueen (duncan.macqueen@iied.org), do International Institute for Environment and Development (IIED). A ferramenta aproveita diretamente de um estudo feito por Kafakoma et al. (2004).

ACRÔNIMOS

CDR	Comitê de Desenvolvimento de Região (CDR)
BERDO	Bwanje Rural Development Organization (Organização de Desenvolvimento Rural de Bwanje)
CBNRM	Manejo de Recursos Naturais Baseado na Comunidade (MRNBC)
CBO (OBC)	Organização Baseada na Comunidade
COMPASS	Community Partnership for Sustainable Natural Resource Management (Parceria Comunitária para Manejo Sustentável de Recursos Naturais)
DA	Assembléia de Distrito (AD)
DADO	District Agricultural Development Office (Secretaria Distrital de Desenvolvimento Agrícola)
DFID	Department for International Development (Departamento para Desenvolvimento Internacional)
DC	Comissário de Distrito (CD)
DDF	Fundo de Desenvolvimento de Distrito (FDD)
CED	Comitê Executivo de Distrito (CED)
DESC	Subcomitê de Distrito para o Meio Ambiente (SDMA)
DFO	Escritório de Floresta de Distrito (EFD)
FDMF	Fundo de Desenvolvimento para Manejo Florestal
GVH	Capitão de Grupo de Aldeia (CGA)
CDGA	Comitê de Desenvolvimento de Grupo de Aldeia
IIED	<i>International Institute for Environment and Development</i> (Instituto Internacional para o Meio Ambiente e Desenvolvimento)
AGR	Atividade Geradora de Renda (AGR)
FMI	Fundo Monetário Internacional
FGLG	Grupo de Aprendizagem de Governança Florestal (GAGF)
LGA	Governo Municipal (GM)
MAFE	Projeto Agro-silvicultura de Malauí
MASAF	Malawi Social Action Fund (Fundo de Ação Social de Malauí)
PMC	Partido Congressista de Malauí
MEET	Malawi Environmental Endowment Fund (Fundo de Dotação para o Meio Ambiente de Malauí)
MMCT	Mulanje Mountain Conservation Trust (Fundo de Fideicomisso de Conservação Montanha Mulanje)
ONG	Organização Não-Governamental
NEAP	Plano Nacional de Ação Ambiental (PNAA)
PNS	Programa Nacional de Silvicultura (PNS)
NRM	Manejo de Recursos Naturais (MRN)
PFNM	Produtos Florestais Não madeireiros
PRSP (DERP)	Documento da Estratégia para a Redução da Pobreza
QMSS	Quadro de Meios de Subsistência Sustentável
AT	Autoridade Tradicional
CDA	Comitê de Desenvolvimento de Aldeia
AFA	Área Florestal de Aldeia
CAMRN	Comitê de Aldeia para o Manejo de Recursos Naturais (CAMRN)
WESM	Wildlife and Environmental Society of Malawi (Sociedade para a Vida Selvagem e o Meio Ambiente de Malauí)
WVI	World Vision International (Visão Mundial Internacional)

Resumo

Esta ferramenta de poder descreve os meios de os pobres rurais estabelecerem parcerias entre si para exigir a prestação de contas dos Governos Municipais. É redigida para os agentes de mudança nos locais rurais. Ela eleva as expectativas da comunidade a respeito da qualidade da prestação de serviços, e descreve um conjunto de passos para efetuar melhoramentos. Ela destaca o papel importante que as comunidades podem desempenhar para melhorar sua própria situação. A presente ferramenta visa a incentivar as pessoas pobres a participar da formulação de políticas e processos de implementação. Esta ferramenta foi projetada para estimular um impulso do lado da oferta em prol do melhoramento da prestação de serviços, conjugado com uma atração no lado da demanda, conduzidos por comunidades mobilizadas de pessoas pobres que dependem da floresta. Basicamente, esta ferramenta constitui um meio de aumentar as expectativas quanto à qualidade da governança que está sendo praticada.

INTRODUÇÃO

O que é a ferramenta “Responsabilidade do Governo Municipal”?

A ferramenta “Responsabilidade do Governo Municipal” é um processo estratégico para incentivar as comunidades locais – uma maneira de melhorar sua conscientização sobre os Governos Municipais e suas expectativas em relação a eles. Elaboramos esta ferramenta a partir de trabalhos com comunidades dependentes da floresta e autoridades florestais, mas seus passos básicos podem ser aplicados em um âmbito maior. A ferramenta é usada em situações de descentralização, onde novos poderes foram delegados sem consideração adequada dos papéis, responsabilidades e capacidades das autoridades em nível local. De modo comum, o poder centralizado tradicional deixa as comunidades rurais marginalizadas sem qualquer expectativa de influência sobre as políticas e instituições que afetam sua vida cotidiana. As expectativas baixas podem fazer com que as comunidades dos pobres fiquem desengajadas do processo de formular políticas. Existem, durante o processo de descentralização, novas oportunidades para o reengajamento. A mobilização dos pobres é essencial para que seja possível questionar as autoridades locais recém-designadas e torná-las responsáveis pelo desencargo de governança aprimorada. Esta ferramenta descreve dois ingredientes vitais deste processo de mobilização:

- (i) Um conjunto de cinco expectativas sobre o que a governança municipal deve incluir e
- (ii) Uma série de passos baseados em demanda para realizá-lo.

No nosso exemplo da governança florestal em Malauí, os cinco conjuntos principais de expectativas incluem:

Expectativa 1 - Maior envolvimento na governança florestal. As comunidades não precisam ser os receptores passivos do pensamento centralizado. Elas podem desempenhar um papel como clientes ativos de serviços melhorados.

- Utilizar as reuniões de comunidade, a avaliação participativa de recursos e o estabelecimento de estruturas acreditáveis em nível de aldeia para promover a conscientização.

Expectativa 2 – Liderança forte para a governança florestal. Os indivíduos-chave não devem ter condições de deixar de cumprir suas obrigações para melhorar a vida da comunidade. Exigir líderes não ambíguos com funções e responsabilidades acordadas.

- Exigir padrões de desempenho, acesso a relatórios e oportunidades freqüentes para expressar as preocupações da comunidade.

Expectativa 3 – Estratégias claras para o uso de recursos. Não aceite planos inacessíveis ou confusos.

- Exigir transparência e vínculos claros entre as preocupações da comunidade e as atividades de campo. Certificar-se de que as comunidades tenham acesso e possam fazer contribuições às estratégias locais, aos planos de implementação e aos processos de monitoramento.

Expectativa 4 – Recursos técnicos e financeiros adequados. As promessas políticas devem ter algum valor, então tire proveito delas.

- Fazer pressão para obter informações financeiras locais publicadas e baseadas nas políticas declaradas. Empenhar-se para reorientar os órgãos governamentais para a realização dos serviços, em vez de para as sanções.

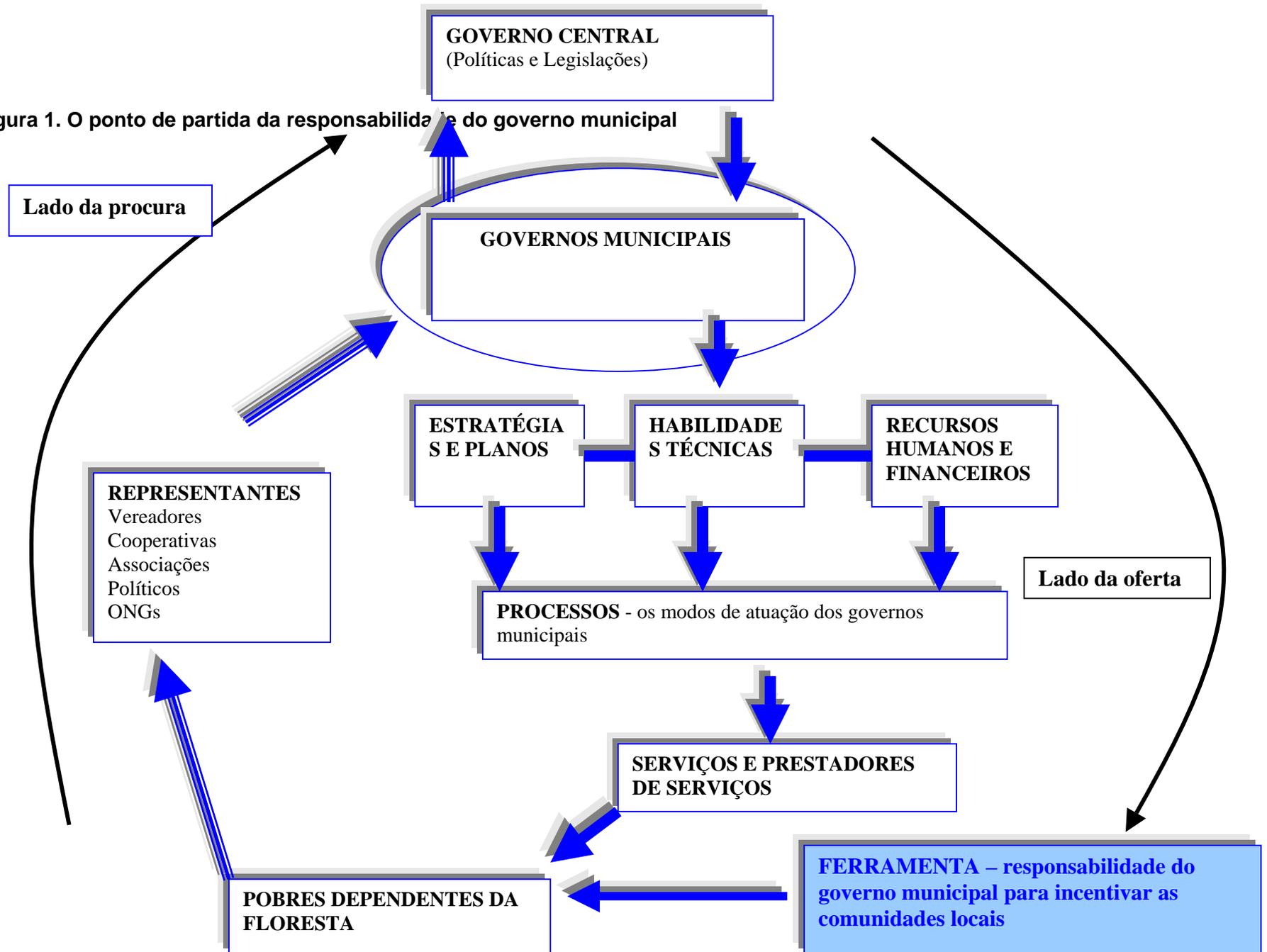
Expectativa 5 – Fornecimento de serviços de alta qualidade. As palavras devem ter algum valor na prática.

- Estabelecer um processo regular para conferir o cumprimento em relação às funções e recursos declarados.

As pessoas dependentes da floresta precisam de muito apoio e capacitação para poderem participar nos processo de formulação de políticas e tomada de decisões. É necessário muito trabalho em nível local por parte das diversas instituições para atribuir poder às comunidades. As pessoas atribuídas de poder exigem serviços de qualidade do governo e de outros prestadores de serviços, tais como ONGs. Esta ferramenta de poder oferece um quadro claro que pode ser usado para elevar as expectativas das comunidades e orientar sua atenção para os passos práticos que poderão melhorar a situação. Ela constitui um processo de incentivo à comunidade que os representantes locais, as ONGs e as autoridades do governo podem usar para melhorar os níveis de desempenho.

É reconhecido o fato que esta ferramenta é apenas uma (embora importante) abordagem para fazer com que a governança florestal funcione. Sua atuação é na interação entre as pessoas pobres, dependentes da floresta, e os tomadores diretos de decisões a respeito da floresta e os profissionais responsáveis pela governança florestal local (veja Figura 1)

Figura 1. O ponto de partida da responsabilidade do governo municipal



Por que a ferramenta “Responsabilidade do Governo Municipal” é necessária para ajudar as pessoas pobres e marginalizadas que dependem da floresta?

Um estudo recente sobre governança florestal, efetuado em cinco distritos de Malauí, revelou vários desafios que afetavam o manejo florestal no país durante um processo de descentralização que recebeu muita publicidade (Kafakoma et al, 2004). Por um lado, o estudo revelou que as autoridades do governo municipal não estabeleceram mecanismos claros para garantir a prestação de serviços de qualidade para as pessoas que dependem da floresta. Por outro lado, essas pessoas não estavam satisfeitas com os serviços prestados pelas autoridades do governo municipal e, além disso, os mecanismos não eram compreensivos o suficiente para permitir às pessoas dependentes da floresta a exigir a prestação de contas ou serviços do governo municipal. Também não ficou claro quem tomava decisões relativas à governança florestal em nível de governo municipal.

Devido a essas revelações, a equipe do estudo sugeriu o uso de uma ferramenta que ajudaria as autoridades do governo municipal e profissionais de silvicultura a monitorar e fortalecer as atividades de governança florestal nos distritos e que, ao mesmo tempo, permitiria que as pessoas dependentes da floresta participassem na formulação de políticas e no processo de implementação. Na Figura 1, acima, apresenta-se o quadro inteiro da organização para a governança florestal, aprimorada com base nos passos do processo da ferramenta foram desenvolvidos.

Quais as fases envolvidas na ferramenta Responsabilidade do Governo Municipal?

Antes de delinear as fases para a governança responsável, é importante definir o que é boa governança. Macqueen e Bila (2004) definem a boa governança florestal como ‘a representação informada e fiel pelos tomadores de decisões (dentro e fora do governo) dos interesses de seu eleitorado para a distribuição e uso eficientes dos recursos florestais escassos para o bem-estar internacional, nacional e local. A noção de representação fiel ou responsável é fundamental.

Sibale e Banda (2004) utilizam uma definição do IIED para definir a governança florestal como sendo as decisões e ações que eliminam barreiras e instalam os sistemas institucionais e de política que expandem o sucesso da floresta local. Sibale e Banda concluíram que a governança deve ser compreendida, no contexto mais amplo, não apenas como ações e decisões do governo, mas também de outros participantes, tais como as ONGs, a igreja, as organizações da sociedade civil, bem como as organizações do setor privado.

Concordamos com as duas definições, mas acrescentamos que a governança florestal significa a existência de instituições efetivas e funcionais com estruturas e processos adequados de como as decisões são tomadas e as ações implementadas. Esta ferramenta tem por objetivo garantir que tais estruturas institucionais e processos funcionem de modo responsável.

Com base nas definições acima, concentramo-nos naquilo que fará com que as autoridades do governo municipal atuem para garantir a prestação de serviços de qualidade às pessoas pobres ou dependentes da floresta (lado da oferta). Mas nossa ferramenta visa principalmente a mostrar como as pessoas dependentes da floresta podem demandar serviços, bem como influenciar os processos de política em nível de governo central (lado da procura).

EXPECTATIVA 1. MAIOR ENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NA GOVERNANÇA FLORESTAL LOCAL

Os estudos na Malauí feitos por Kafakoma.et.al. (2004) e Sibale et.al. (2004) revelam que as pessoas dependentes da floresta têm conhecimento muito limitado sobre a silvicultura, as políticas, leis e outros quadros do Manejo de Recursos Naturais (MRN). Revelou claramente, também, que as comunidades não estão cientes de seus direitos e mandatos, papéis e responsabilidades referentes à formulação e administração de políticas de recursos florestais.

Portanto, um passo crucial é o melhoramento da conscientização e a criação da demanda para participar do processo de tomada de decisões de política. As comunidades devem exigir serviços de qualidade dos diversos prestadores de serviços. Nossa ferramenta deve acionar as pessoas dependentes da floresta e incentivá-las a entrar em ação. Ela deve facilitar a compreensão pela comunidade de sua situação, das razões para o manejo de recursos florestais e dos seus papéis e responsabilidades quanto ao manejo dos recursos florestais.

A conscientização ampliada ajuda a esclarecer sua situação e os vínculos que existem entre os recursos florestais e a segurança alimentar (agricultura, água), as questões socioculturais (wamkulu de gule, chinamwali, rituais-nsembe), problemas econômicos, a criação de renda, questões de gênero, pobreza e HIV/ AIDS etc. Este passo também ajuda a comunidade a entender as Leis e Políticas de Silvicultura e como elas estão ligadas a outras políticas de MRN, os direitos da comunidade, seus papéis e responsabilidades quanto à administração de políticas de silvicultura. É neste passo que as comunidades ficam informadas do impacto dos recursos florestais na vida cotidiana das pessoas e da importância de trabalhar como um grupo.

O que precisa ser feito para fortalecer a conscientização comunitária?

Passo 1.1. Criar uma conscientização sobre o controle e utilização dos recursos florestais

A criação de uma conscientização normalmente exige que alguém de fora chame a atenção dos comunitários ao fato de que sua situação não é inevitável e pode ser melhorada. Os prestadores de serviços disponíveis naquela comunidade podem ser contatados para coordenar e colaborar no processo de conscientização e mobilização da comunidade para o manejo sustentável dos recursos florestais. Poderão ser incluídos nisso o Governo, as ONGs, as organizações de igreja, instituições de treinamento por meio de programas de assistência etc. O principal participante talvez seja um trabalhador de desenvolvimento de silvicultura naquela comunidade.

Com base nos estudos de Kamwamba e BERDO (Veja o Anexo 1), os líderes locais podem cumprir um papel importante em qualquer atividade de desenvolvimento. São muitas as maneiras de melhorar a conscientização dos residentes de aldeias. Os prestadores de serviços podem preparar as mensagens de forma a cativar a atenção ou interesse dos destinatários ou audiência. Por exemplo, a rádio ou reuniões em nível de aldeia são possíveis maneiras de introduzir novas idéias. Em outros casos, as escolas, as ocasiões religiosas, os funerais, as encenações e as reuniões políticas também são canais que podem ser usados para melhorar a conscientização sobre os assuntos de desenvolvimento na aldeia.

O importante é identificar e avaliar as atuais instituições de nível de aldeia/ comunidade que trabalham com assuntos de silvicultura e que podem ser usadas para facilitar o processo de conscientização.

A conscientização tem que ser desenvolvida de maneira contínua. Leva tempo para 'converter' as pessoas ou para 'incitá-las' para ação. Poderá haver várias pessoas que tomam conhecimento de cada esforço de comunicação. Além disso, haverá sem falta mudanças dos assuntos de silvicultura,

das políticas, das abordagens, das necessidades e do interesse. A conscientização sobre assuntos florestais deve ser dirigida a todas as pessoas do distrito ou aldeia. Com base nas experiências de BERDO em Bwanje, a conscientização deve concentrar-se nas pessoas influentes da aldeia. As outras pessoas seguirão se os indivíduos influentes ficarem convertidos pelas mensagens.

Passo 1.2. Efetuar uma avaliação participativa dos recursos

Este passo ficou bem documentado na segunda edição do manual de campo do Programa de Extensão e Treinamento de Silvicultura Social (PETSS) de 2003. O estudo por Kafakoma et.al. (2004) demonstrou que as pessoas dependentes da floresta se interessariam em participar do manejo de um recurso florestal se elas soubessem o que aquele recurso pode render em relação a suas necessidades e exigências. Assim, as avaliações de recursos servem para criar a demanda pelo manejo sustentável do recurso florestal. Foi observado nos estudos de caso de BERDO e Moyo Mayuni em Ntcheu que a avaliação de recursos ajudou as pessoas dependentes da floresta a elaborar seus planos de manejo, os quais foram aprovados pelo Departamento de Silvicultura.

Estão delineadas abaixo 8 fases de passos simples para efetuar um processo de avaliação participativa de recursos florestais:

Fase	Passo do processo
1	Preparação e treinamento do pessoal de campo
2	Avaliação conjunta dos recursos florestais
3	Planejamento para medição de Unidades de Manejo Florestal (UMFs)
4	Medição dos recursos florestais
5	Processamento conjunto de dados
6	Análise conjunta de dados
7	Informações prestadas à comunidade geral
8	Desenvolvimento do plano de manejo

1. Preparação para a avaliação participativa de recursos florestais (PAPRF)

- Mobilizar as comunidades. Os líderes locais anunciam e marcam as datas para o evento a ser realizado.
- Reunir, informar e treinar os facilitadores do processo. Equipar os facilitadores do processo de habilidades participativas para se comunicarem adequadamente com os diversos participantes.
- Coletar informações secundárias sobre a área dos aldeões, funcionários do governo ou de pessoas que trabalharam na área de interesse. Tais informações poderão incluir mapas, transeções, dados de pesquisa e outras informações disponíveis.
- Efetuar uma análise dos participantes da área para obter informações das relações, conflitos e interesse no recurso e nas pessoas.
- Utilizando a matriz de análise de participantes, pedir aos participantes que façam planos para as atividades da PAPRF.

Certificar-se de que estes passos sejam completados antes de passar para as próximas fases.

2. Avaliação conjunta de recursos

- Efetuar uma avaliação de recursos florestais caminhando com os membros da comunidade para criar perfis da floresta.
- Facilitar o mapeamento participativo da área da floresta
- Desenvolver uma matriz de produtos florestais/ usos da floresta
- Chegar a um acordo sobre as sub-divisões práticas da área florestal
- Oferecer as observações do grupo sobre as informações coletadas e consideradas

3. Planejamento para medição das unidades de manejo florestal

- Desenvolver uma metodologia de pesquisa. Identificar lotes de amostra com base na caminhada de investigação conjunta feita pela floresta com os comunitários.
- Determinar como medir os diversos parâmetros, tais como a distribuição de árvores de certos tamanhos ou a distribuição de produtos florestais não madeireiros. Formular um método para medir a regeneração natural.
- De acordo com o pessoal de recursos disponível, planejar a composição e organização da equipe de pesquisa.

4. Medição dos recursos florestais

- Preparar o grupo. Dividir o grupo em grupos e números menores de facilitadores. Pedir aos aldeões que formem seus próprios grupos conforme o gênero e os grupos de usuários. Distribuir a cada grupo os materiais necessários preparados. Compartilhar os papéis e responsabilidades.
- Determinar os lotes de amostra. Estabelecer a linha de base e traçar a primeira transeção. Demonstrar ao grupo o processo para determinar os lotes.
- Medir os lotes de amostra
- Registrar todas as informações e guardar bem.

5. Processamento conjunto de dados

- Concordar com os grupos o número e a composição do grupo para analisar os dados. Compilar os dados coletados por grupos diferentes sobre vários lotes de amostra
- Representar os dados graficamente
- Facilitar a interpretação dos dados representados a fim de dar significado aos gráficos traçados

6. Análise conjunta dos dados coletados

- Facilitar um debate com a comunidade sobre a procura/ oferta de recursos florestais. Pedir às pessoas que confirmem o valor das espécies baseado no uso. Em seguida, perguntar-lhes sobre a disponibilidade, uso e local na área da floresta. Discutir a existência de regras indígenas ou tradicionais e regulamentos sobre espécies específicas de árvores. Investigar os mecanismos de resolução de conflitos, a formulação de estatutos e outros regulamentos.
- Não se apressar na execução deste processo porque ele representa um dos passos mais importantes para o desenvolvimento da conscientização da comunidade e do planejamento do manejo.

7. Informações prestadas à comunidade geral

- Organizar reuniões em várias aldeias, se muitas aldeias compartilharem os recursos florestais. Convidar todos os participantes a essas reuniões a fim de obter e desenvolver o consenso, a propriedade e a ação coletiva.
- Escolher pessoas para apresentar o resultado da avaliação à comunidade geral

8. Desenvolvimento do plano de manejo

- Desenvolver um plano detalhado de atividades para implementar o plano de manejo florestal participativo
- Desenvolver uma constituição para as instituições de nível de aldeia a fim de garantir o manejo equitativo e transparente dos recursos
- Ajudar as comunidades a desenvolver propostas de projeto para financiamento.

Passo 1.3 Estabelecer estruturas acreditáveis em nível de aldeia

Ficou bem claro nos dois estudos feitos por Kafakoma et al. (2004) e Sibale et al. (2004) que a maioria das instituições de aldeia de recursos florestais não são reconhecidas legalmente nem têm poder para tomar decisões relativas aos recursos florestais ou de fazer contribuição para a política de silvicultura. Assim sendo, seu mandato referente ao manejo de recursos florestais é muito limitado e é minado por usuários de recursos florestais. De um lado, algumas aldeias não possuem nenhuma estrutura organizada para planejar e manejar sistematicamente os recursos florestais. Por outro lado, algumas aldeias possuem as estruturas, mas as estruturas de governança são tão fracas que elas não têm condições de cumprir suas funções de modo sistemático. Seus papéis não são claros; elas não possuem habilidades eficazes de liderança, nem regras ou procedimentos estabelecidos para governar suas instituições e não são reconhecidas legalmente.

Depois de aumentar o nível conscientização da comunidade e de mapear os recursos, é importante estabelecer comitês confiáveis, tais como os Comitês de Aldeia para Manejo de Recursos Naturais (CAMRNs).

1. Organizar reuniões de aldeia através dos líderes locais, para as quais todas as pessoas da aldeia ou da área são convidadas.
2. Avaliar as instituições em existência (isso pode ser feito antes das reuniões).
3. Explicar o propósito da reunião e por que é importante estabelecer ou fortalecer as instituições existentes em nível de aldeia que são responsáveis pelo manejo florestal na aldeia ou na área.
4. Facilitar a seleção de pessoas para integrar o comitê.
5. Pedir aos assistentes da reunião para designar as posições nos comitês para as pessoas selecionadas, baseado na sua compreensão das tarefas envolvidas e na competência das pessoas à disposição.
6. Desenvolver os termos de atuação e chegar a um acordo sobre os papéis e responsabilidades para operar seus comitês e para a governança florestal na área ou aldeia.
7. Providenciar treinamento para os comitês, que se concentrará na liderança na comunicação, na resolução de conflitos e em outros aspectos. (Este é um processo contínuo).
8. Monitorar continuamente o desempenho dos comitês.
9. Ajudar os comitês a desenvolver um plano de manejo para sua área da floresta, bem como regulamentos simples.
10. Permitir que eles cheguem a um acordo a respeito do compartilhamento de benefícios e sobre os mecanismos para resolução de conflitos.

Este é um processo participativo que pode ser facilitado por qualquer trabalhador de extensão competente. O propósito principal de estabelecer tais entidades confiáveis representativas da comunidade é começar a fazer demandas oficiais das autoridades do governo que não podem ser facilmente ignoradas.

EXPECTATIVA 2. LIDERANÇA LOCAL FORTE PARA GOVERNANÇA FLORESTAL

Desde a Cúpula da Terra, em 1992, e da transição de política unipartidária para a política multipartidária na Malauí, houve um aumento do número de organizações e indivíduos com participações de governança – o setor florestal não é uma exceção. Mesmo assim, existe um consenso em nível central de que o Departamento de Silvicultura é a agência principal no que tange a assuntos florestais. Além de ser a agência principal na formulação de políticas, o Departamento é também a principal agência para implementação das políticas. Depois de vários anos, o governo central revisou a política florestal, a Lei de Florestas, e produziu o Programa de Silvicultura Nacional (PNS), bem como diretrizes para o manejo florestal baseado na comunidade.

Em nível das autoridades do governo municipal, são vários os atores que têm participações no setor florestal por contrato. Portanto, a necessidade de liderança forte para dirigir as atividades florestais é muito importante. Mas, o processo de descentralização atual possui capacidade financeira, humana e técnica limitada para fortalecer a governança florestal. No estudo, notou-se que os District Forest Offices – DFO (Escritórios de Floresta de Distrito) têm recursos financeiros inadequados e poucos funcionários de extensão, que falta-lhes mobilidade na maior parte do tempo, que eles não têm controle de seu próprio setor e que há muitos conflitos e lutas pelo poder entre o pessoal florestal e as pessoas dependentes da floresta que resultam em muitas atividades ilegais. Há muitas organizações e indivíduos que têm interesses nas florestas, tais como ONGs, comerciantes privados, empresas, autoridades do governo municipal, grupos religiosos, organizações baseadas na comunidade e outros, mas a capacidade dos DFOs para coordená-los é inadequada.

O que precisa ser feito para fortalecer os líderes para governança florestal?

Passo 2.1 Exigir liderança clara para governança florestal

É importante identificar os líderes em nível do governo municipal para dirigir a tomada de decisões. Cabe aos Comitês de Aldeia para Manejo de Recursos Naturais recém- estabelecidos (CAMRNs) exigir clareza, fazendo isso com o apoio dos prestadores de serviços que ajudaram para mobilizar as comunidades florestais. Na silvicultura, o Escritório de Floresta de Distrito é, pelo menos nominalmente, a instituição principal que coordena os assuntos de silvicultura. Na estrutura descentralizada do governo municipal, os assuntos de silvicultura são da responsabilidade da Diretoria de Agricultura e Manejo de Recursos Naturais.

O maior desafio é como convencer as autoridades do governo municipal a colocar os assuntos florestais em posição prioritária. Espera-se que, uma vez priorizados os assuntos florestais em nível do governo municipal, as manifestações dos CAMRNs através dos Escritórios de Floresta recebam atenção facilmente em nível local e do governo central. (Na referida Diretoria de Agricultura e Recursos Naturais, há dois departamentos, a saber, um de recursos naturais, que trata de assuntos florestais, e outro de agricultura, que cuida de assuntos agrícolas).

Passo 2.2 Chegar a um acordo sobre os papéis e responsabilidades

Após a escolha dos líderes, é necessário que os líderes compreendam as demandas da comunidade expressas pelos CAMRNs, junto com as outras expectativas do setor florestal. Portanto, os líderes devem averiguar os fatos diretamente e documentar todas as organizações e suas participações florestais, inclusive os locais de suas operações, o que elas fazem, seu grupo-alvo, os recursos a sua disposição e muitos outros aspectos que permitirão aos líderes compreender os participantes. A posse de um cadastro de todos os participantes e dos tipos de serviços que eles oferecem às pessoas dependentes da floresta ajudaria o líder coordenar e monitorar as atividades deles e até mesmo apoiá-los com assessoria técnica.

Os líderes e os diversos participantes precisam se encontrar e chegar a um acordo sobre suas expectativas no que tange à prestação de serviços às pessoas dependentes da floresta. Se existirem padrões de desempenho já elaborados, será durante essas reuniões que os líderes apresentariam esses padrões para a observação de cada participante e, ainda, para chegarem a um acordo sobre o que fazer no caso da não observação.

Este processo é necessário também para as outras organizações e pessoas dependentes da floresta. Apresentam-se abaixo os passos simples do processo:

1. Como líder dos serviços florestais, avaliar todas as organizações e indivíduos que atuam no setor florestal. Compreender suas necessidades, expectativas, faltas, pontos fortes e fracos, bem como as áreas de sinergia ou conflitos.
2. Realizar uma reunião de participantes em que todas as organizações, indivíduos, representantes locais das pessoas dependentes da floresta podem discutir os resultados da avaliação
3. Com base na avaliação, desenvolver uma estratégia florestal conjunta para o distrito
4. Chegar a um acordo sobre os papéis e responsabilidades e definir os indicadores de desempenho
5. Chegar a um acordo sobre sanções para cumprimento e descumprimento
6. Selecionar um grupo composto de pessoas dependentes da floresta e prestadores de serviços locais, tais como ONGs e departamentos do governo, que monitorarão o cumprimento ou descumprimento dos padrões e indicadores definidos por todos os participantes.
7. Chegar a um acordo sobre um mecanismo simples de relatórios para a assembléia do governo municipal

Caixa 1. Eis um exemplo de como isso funcionou em nível comunitário:

A BERDO (Bwanje Environmental Rural Development Organization [Organização de Desenvolvimento Rural Ambiental de Bwanje]) começou como uma organização baseada na comunidade e cresceu para se tornar uma ONG através dos esforços de um funcionário público de extensão de silvicultura. Cientes das iniciativas e da vontade desse funcionário de extensão para aprender, o governo e outras ONGs, inclusive a TSP, o treinaram, junto com outros indivíduos, em vários aspectos de mobilização de comunidade, participação, avaliação de recursos e muitos outros. Este trabalhador de extensão foi incentivado e iniciou um processo para mobilizar os aldeões na área dele elevando conscientização sobre os problemas de desmatamento na área. A conscientização criou uma demanda entre pessoas para fazer algo a respeito dos problemas. Os aldeões começaram a se reunir para discutir os problemas e decidir quanto a uma alternativa e às soluções de seus problemas. Juntos, eles desenvolveram uma estratégia e concordaram a respeito dos papéis, responsabilidades, bem como padrões de desempenho e indicadores. Todos os meses as diversas instituições de nível de aldeia se reúnem para discutir o progresso de seu trabalho. A Organização Baseada na Comunidade (OBC) tem monitores que acompanham o trabalho, aderindo aos padrões acordados. Cientes de suas limitações para resolver os diversos problemas que elas identificam, as comunidades, com apoio dos funcionários de extensão florestal, procuram várias organizações, tais como o governo, ONGs e doadores, solicitando seu apoio através de recursos materiais, técnicos e financeiros.

Passo 2.3 Exigir padrões de desempenho

É necessário que os CAMRNs pressionem ou colaborem com o governo municipal para desenvolver padrões de desempenho referentes aos papéis e responsabilidades. Com base nesses padrões de desempenho acordados, que cada entidade poderá ter condições de monitorar a governança florestal

local. Ainda com base nos referidos padrões de desempenho, os CAMRNs, através de seus líderes e outros líderes locais, deverão ter condições de questionar a prestação de serviços feita por vários participantes, inclusive os próprios CAMRNs. Apresentam-se, as seguir, alguns passos simples do processo de desenvolvimento de padrões:

1. Efetuar uma avaliação organizacional, inclusive a análise funcional principal do diretório de Agricultura e Recursos Naturais e do governo municipal, se possível, para averiguar os problemas organizacionais. Consultar vários participantes e grupos de interesses para se informar sobre impressão e expectativas deles quanto ao desempenho dos serviços descentralizados de silvicultura.
2. Com base na avaliação, desenvolver um plano estratégico para o diretório. Permitir que os diversos grupos de interesses e organizações locais comentem sobre a estratégia tanto quanto for possível. Isso servirá para reorientar e reposicionar o diretório no governo municipal
3. A estratégia para o diretório fará parte da estratégia global do governo municipal.
4. Revisar os papéis e responsabilidades de todos os funcionários (o pessoal de silvicultura) do diretório
5. Desenvolver e chegar a um acordo com os funcionários do diretório sobre os critérios ou indicadores de desempenho – fazer com que estes sejam baseados nas práticas consideradas como as melhores para o trabalho atual
6. Chegar a um acordo sobre o sistema de avaliação e o mecanismo para medir o desempenho dos funcionários, bem como as sanções para o desempenho insatisfatório ou a inexecução

Os padrões de desempenho podem melhorar a transparência sobre as atividades que cabem ao governo municipal. Ser explícito sobre o que é esperado poderá freqüentemente fazer com que sejam experimentados processos novos e inovadores.

Passo 2.4 Exigir a inspeção de relatórios e informações de governança local

Os representantes da comunidade, tais como os líderes dos CAMRNs, têm o direito de ver a prova documentada das decisões que estão sendo tomadas sobre os recursos da comunidade. Depois de documentar os vários serviços prestados por várias instituições e indivíduos às pessoas dependentes da floresta, os líderes devem organizar reuniões de participantes, quer trimestrais quer semestrais, para discutir os problemas relativos à prestação de serviços. Incentivar todas as organizações a documentar suas atividades e apresentar um relatório durante essas reuniões de participantes. Os participantes deverão ter condições de discutir os diversos procedimentos seguidos por organizações para prestar serviços às pessoas locais. Durante essas reuniões, os líderes devem ter condições de externar as políticas do governo, as legislações, os programas ou outras informações necessárias sobre o governo central e doadores. Os líderes também devem disponibilizar a documentação necessária sobre legislação e políticas. As pessoas dependentes da floresta devem, por meio de seus comitês CAMRNs, ter condições de exigir acesso e fazer contribuições para processo de tomada de decisões, bem como obter os documentos de prova das decisões.

Caixa 2. Coordenação e compartilhamento de informações

Quando Malauí teve mais de 1,3 milhão de refugiados de Moçambique, o governo de Malauí e todas as ONGs internacionais e locais estabeleceram o que se chamava Joint Operations Committee (Comitê Conjunto de Operações – CCO) para coordenar e supervisionar a prestação de serviços de administração e atendimento aos refugiados. A Sociedade da Cruz Vermelha de Malauí foi coordenadora do CCO. A Cruz Vermelha Malauí se certificou de que foram convidadas todas as organizações que ajudam refugiados para as reuniões mensais onde pediu-se a cada uma delas que informasse sobre o que ela realizara durante aquele mês e o que estava planejando fazer.

Quando os refugiados foram repatriados, a entidade Coordination Unit for Rehabilitation of the Environment - CURE (Unidade de Coordenação para Reabilitação do Meio Ambiente) foi estabelecida para coordenar a reabilitação das áreas afetadas pelos refugiados. A maior parte da reabilitação envolvia a plantação de árvores, a demolição de cabanas, o lavramento da área onde os acampamentos de refugiados estavam, e muitas outras atividades relacionadas ao manejo florestal. Posteriormente, o mandato da CURE se desenvolveu, passando para a coordenação de todas as ONGs envolvidas em atividades de manejo do meio ambiente e recursos naturais no país. A CURE convidava todas as organizações e o governo às reuniões trimestrais onde foram discutidas as atividades ambientais, florestais e outras.

A CURE certificava-se de que as reuniões recebessem cobertura completa pelas organizações da mídia e, ainda, que todos os assuntos discutidos fossem documentados e divulgados amplamente. Como uma organização de coordenação, a CURE cuidava para que fosse dado prosseguimento a todos os assuntos acordados pelas respectivas organizações incumbidas de executar a determinada tarefa. Nessas reuniões, foram formadas forças-tarefas para se defender ou pressionar o governo em relação a questões, incluindo políticas e legislação. Algumas dessas forças-tarefas continuam funcionando até a presente data.

Como podemos garantir que relatórios e outras informações pertinentes sejam produzidos e distribuídos a todos os participantes em nível de governo municipal?

1. Pressupõe-se nisso que os participantes, ao concordarem sobre os papéis e responsabilidades, também concordam em compartilhar informações de modo regular.
2. Os comitês CAMRNs devem pressionar o governo florestal local para organizar reuniões ou foros de participantes florestais, mensal ou trimestralmente, em nível do governo municipal, a fim de debater os vários assuntos relativos à prestação de serviços.
3. Convidar os representantes das pessoas dependentes da floresta a expressar suas opiniões sobre a prestação de serviços nas áreas deles.
4. Visto que são muitos os problemas de governança florestal, cada reunião deve focalizar um tema específico como, por exemplo, a operação dos comitês CAMRNs.
5. Convidar a mídia para reportar os eventos de forma que até as pessoas ausentes tenham conhecimento do que aconteceu durante tais reuniões. Isso serve para incentivar outros grupos ou organizações a comparecer e fazer suas apresentações também.
6. Chegar a um acordo sobre um proceder para tratar dos problemas citados, inclusive a inexecução ou o descumprimento dos padrões estabelecidos.
7. Se for necessário, designar forças-tarefa para dar prosseguimento a certos assuntos e informar do progresso na próxima reunião.
8. Documentar e distribuir os procedimentos a todos os participantes, inclusive o governo central.
9. Os líderes locais devem dar prosseguimento aos assuntos acordados em cada reunião. Visitar todas as organizações que comparecem a reuniões e incentivá-las a assistir a tais.

Passo 2.5 Exigir uma oportunidade para a expressão de suas preocupações nos foros locais e nacionais sobre florestas

Os CAMRNs têm problemas locais, mas talvez queiram se expressar a favor ou contra assuntos centralizados. É necessário que haja um fluxo de informações entre o governo central e o municipal, sendo incluídos neste fluxo os interesses da comunidade. Os líderes locais devem assegurar que as pessoas em nível do governo central, municipal e de aldeia estejam completamente informados dos eventos que acontecem nesses níveis. Com o fluxo contínuo de informações nesses níveis, espera-se que as pessoas sejam completamente informadas e, por conseguinte, suas atividades baseiem-se nas recomendações recentes ou na experiência provada. As reuniões locais não fariam sem sentido se não houvesse nenhuma ação ou esforço. Relacionam-se abaixo alguns dos passos usados por organizações da sociedade civil para assegurar que sua voz seja escutada nos níveis dos governos municipal e central.

1. Priorizar os assuntos que surgirem e gozarem amplo apoio nas reuniões dos comunitários florestais e, ainda, chegar a um acordo, não apenas sobre o que deve ser mudado, mas quem deveria mudá-lo.
2. Chegar a um acordo sobre uma estratégia para comunicar a mensagem aos grupos e indivíduos de destino.
3. Formular e apresentar as informações de forma que sejam de fácil compreensão
4. Apresentar as informações na forma de boletim de imprensa, relatório, boletim informativo, artigo de jornal e outras formas, ou obter uma audiência com as pessoas pertinentes, tais como Parlamentares, Secretários Principais, ou chefes locais, e esclarecer as preocupações ou problemas.
5. Manter os participantes locais informados sobre o progresso realizado. Em muitos casos, em Malauí, foram usadas as forças-tarefa para apresentar os problemas ao governo ou ao líder local a fim de influenciar a mudança.

Caixa 3. Uso de foros para influenciar as decisões sobre políticas

Em 2000, o Ministério de Terras, Planejamento Físico e Agrimensuras iniciou um processo de reforma da política agrária com o mínimo de envolvimento das organizações da sociedade civil. Por intermédio da CURE (Unidade de Coordenação para Reabilitação do Meio Ambiente), um foro da sociedade civil foi organizado para discutir os problemas agrários em Malauí. Os líderes locais, chefes, ONGs, OBCs, parlamentares, políticos do governo e a comunidade de doadores foram convidados a este foro. Entre outras recomendações, as pessoas reunidas concordaram em formar uma força-tarefa para pressionar o governo a fazer uma consulta abrangente sobre o processo de reforma da política agrária. A força-tarefa incluía os chefes e membros de organizações da sociedade civil. Os principais objetivos da campanha de pleiteação eram o próprio Ministério de Terras e a Comissão Parlamentar do Meio Ambiente e Agricultura. A força-tarefa utilizou a mídia para publicar suas preocupações, realizou discussões de mesa-redonda com o doador e o governo. A CURE continua organizando reuniões trimestrais, nas quais a Força-tarefa de Terra sempre faz uma apresentação sobre o progresso da tarefa a ela designada. Isso pode ser adotado facilmente no nível de distrito, onde poderiam ser organizadas tais forças-tarefa para assuntos específicos de governança florestal a fim de influenciar as autoridades do governo central e local.

EXPECTATIVA 3. ESTRATÉGIAS CLARAS PARA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS FLORESTAIS

Existem muitas instituições em níveis de aldeia e distrito que têm interesses no manejo florestal. Um estudo feito por Kafakoma et al. (2004) revelou que havia vários departamentos de governo, ONGs, companhias privadas e indivíduos que estavam envolvidos em alguma atividade que afetasse o manejo florestal. A maioria dos esforços dessas organizações ou instituições não é coordenada e, por isso, ocorre duplicação de esforços e abordagens contraditórias. Tal desorganização é propícia à corrupção.

Caixa 4. O desdobro manual de madeira em Mulanje

*Em uma aldeia, depois de estabelecer um VNMRM, um serrador manual rico ofereceu suborno a um 'homem-grande' da aldeia que, em troca, permitiu ao serrador manual cortar as árvores *Khaya nyasica* nas margens do Rio Ruo. Quando o comitê da aldeia descobriu que foi o 'homem-grande' da aldeia que vendeu as árvores ao serrador, o comitê CAMRN foi desfeito.*

O governo municipal tem a responsabilidade de assegurar que as organizações complementares possuam uma estratégia bem pensada, claramente articulada e compartilhada para dirigir a organização. Isto significa que cada autoridade do governo municipal precisa definir sua própria visão, missão, valores e, ainda, de certificar-se de que estes sejam compatíveis com as estratégias de outras pessoas. A boa governança florestal em nível do governo municipal exige uma boa correspondência de habilidades e recursos entre diversos grupos. O governo central estabeleceu instrumentos de habilitação, tais como políticas, a Lei, o PNS (Programa Nacional de Silvicultura) e diretrizes. Tais instrumentos podem orientar grupos diferentes em direções semelhantes. Mas, é necessário traduzir estes instrumentos para que sejam apropriados para as situações locais em nível de aldeia e distrito

Foram desenvolvidas em Malauí, em nível de governo municipal, instituições para a coordenação de todas as atividades de desenvolvimento do setor florestal. As autoridades do governo municipal têm diretórios de planejamento, desenvolvimento, finanças, obras públicas, meio ambiente, recursos naturais e agricultura. O Comitê Executivo de Distrito (CED) é o órgão técnico que examina e trata de todos os projetos de desenvolvimento, fazendo recomendações técnicas para a aprovação pela Assembléia de Distrito. Subordinados às Assembléias de Distrito estão os Comitês de Desenvolvimento de Área (CDRs) e os Comitês de Desenvolvimento de Aldeia (CDAs), que coordenam as atividades de desenvolvimento em nível de região e de aldeia. Todos os outros atores principais, tais como ONGs, OBCs, igrejas e escolas, são coordenados através dessa estrutura. Dentro dos CDAs, a Lei de Floresta estabeleceu os CAMRNs para coordenar as atividades do manejo de recursos naturais.

Porém, muitas estruturas em nível de aldeia carecem de coordenação e, em muitos casos, não dispõem de treinamento adequado. Seu relacionamento com os funcionários de extensão florestal é um jogo de 'gato e rato.' Os CAMRNs e os líderes locais consideram os funcionários de extensão florestal destruidores de recursos florestais. Em muitos casos, as instituições de nível de aldeia não têm nenhuma influência nos processos de planejamento de distrito. Em muitos casos, as instituições de nível de aldeia não são funcionais e seus vínculos com as estruturas de nível distrital e central não são bem definidos.

Por outro lado, não há, em nível distrital, nenhuma estratégia ou visão compartilhada sobre o melhoramento da governança florestal – não goza nenhuma proeminência. Portanto, cada organização com interesses no setor florestal aplica sua própria abordagem. O caso em tela é o

Malawi Social Action Fund–MASAF (Fundo de Ação Social de Malauí)¹. O proceder do MASAF, de distribuir dinheiro às comunidades para plantar árvores, é contra o que a maioria das ONGs e agências do governo promovem – isto é, se é que elas realmente promovem alguma coisa. Os serviços florestais recebem financiamento inadequado e têm deficiência na qualidade das perícias técnicas. Os funcionários florestais tendem, nas suas mensagens, a dar ênfase demasiada às atividades de cultivo de árvores. É uma mensagem simples, mas não necessariamente atende às necessidades da comunidade. A razão pela qual esses modos de operação continuam é por que os assuntos florestais normalmente ocupam a última posição na ordem do dia nas reuniões das entidades distritais, tais como o CED. Não há coordenação entre as diversas instituições, nem padrão de desempenho acordado para a prestação de serviços florestais.

O que pode ser feito para definir claramente as estratégias florestais?

Passo 3.1 Exigir cópias publicadas da visão, missão e estratégias florestais do distrito

Os governos municipais compreende tantos participantes que é impossível vigiar o que está acontecendo em todas as áreas. Os CAMRNs precisam agir para se ter acesso a informações sobre o que está sendo feito no seu distrito ou região e por quem. Eles precisam cuidar de que os Escritórios de Floresta de Distrito tenham conhecimento exato das atividades de todos esses participantes. A fim de influenciar as mudanças, é necessário mobilizar os CAMRNs para participar efetivamente na elaboração dos Planos de Ação Ambiental da Aldeia (PAAA)² e assegurar que estes planos façam referência cruzada aos Planos de Ação Ambiental de Distrito (PAAD). Certificar-se de que as agências principais utilizem os planos de aldeia como base para o desenvolvimento da estratégia do distrito.

Passo 3.2 Exigir ver os planos de implementação

Uma vez que um determinado comitê CAMRN tenha mobilizado uma ação de planejamento local, será possível o esforço de juntar as forças dentro de um distrito. A estratégia distrital é como um plano mestre que tem que ser seguido por todos que atuam num determinado distrito ou no governo municipal. Incentivar todos os participantes a elaborar seus próprios planos com base na estratégia acordada. Cada um desses planos deve ser compartilhado com os líderes do governo municipal e o CAMRN, e deve ser distribuído a todos os participantes. Os planos devem incluir os planos e indicadores de monitoramento que se conformam ao plano estratégico mestre.

Alguns setores, tal como o de florestas, têm o PNS, o qual já especifica as diretrizes para o manejo florestal; então os líderes devem fornecer esse documento a todos os participantes, para que estes possam usá-lo como base para seus planos.

Passo 3.3 Exigir o direito de monitorar a implementação dos planos

Não há entidade em posição melhor do que a do CAMRN para monitorar a implementação dos diversos processos de planejamento, ou, pelo menos as partes implementadas localmente. Esse comitê pode fornecer informações construtivas sobre as várias organizações florestais. Fazer visitas de campo às áreas dos projetos das organizações para monitorar a prestação de serviços e o

¹ O Fundo de Ação Social de Malauí é uma iniciativa do Governo de Malauí apoiado pelo Banco Mundial, o qual concentra-se em aliviar a pobreza das pessoas rurais através de várias atividades de desenvolvimento, tais como o desenvolvimento da infra-estrutura rural e projetos de emprego remunerado.

² Em alguns distritos, o governo municipal facilitou um processo de identificação de 'áreas populares', que eram lugares em que houve degradação do meio ambiente. Depois de identificar essas áreas, foram mobilizadas as pessoas locais para elaborar planos de ação com base nos problemas que eles identificaram. Este processo serviu como a base para a elaboração dos planos de ação ambiental do distrito ou os planos de desenvolvimento do distrito.

cumprimento dos padrões de desempenho acordados. Incentivar as pessoas que dependem da floresta a dar suas opiniões sobre os serviços prestados por uma determinada instituição ou indivíduo e se os serviços atendem a suas expectativas. Documentar as visitas e compartilhar as informações com todos os participantes de nível de distrito durante as reuniões de participantes. Disciplinar, treinar ou impedir qualquer organização que não observe aos padrões designados.

EXPECTATIVA 4. RECURSOS FINANCEIROS E TÉCNICOS MOBILIZADOS

Os processos de descentralização devolvem funções às autoridades dos governos municipais. As unidades devolvidas normalmente possuem recursos financeiros e humanos inadequados para apoiar as atividades de manejo florestal. Em Malauí, por exemplo, notou-se que os serviços florestais recebem fundos inadequados e os escritórios distritais recebem pouco apoio técnico. Em muitos casos, há poucos funcionários de extensão florestal para prestar os serviços necessários às pessoas dependentes da floresta. Os mecanismos de compartilhamento de recursos florestais entre o governo central e os governos municipais não são bem definidos.

Em Malauí, o governo central devolveu algumas de suas funções às assembleias. Ao mesmo tempo, aumentou as posições de oficiais superiores para o nível de distrito. Em certos casos funcionários qualificados foram transferidos do governo central para os distritos. Porém, a maioria dos cargos nos governos municipais não está preenchida. Isto significa que a qualidade dos planos e as decisões também são afetadas.

O governo central estabeleceu o comitê de financiamento do governo municipal, pelo qual encaminha-se o pagamento de todo dinheiro devido ao governo municipal. O governo central e os doadores encaminham os recursos financeiros pelas assembleias de distrito para apoiar as atividades de desenvolvimento de nível local. Os governos municipais também se envolvem na angariação de fundos para suas atividades de desenvolvimento. Algumas ONGs fornecem apoio financeiro às comunidades através dos governos municipais.

Infelizmente, o governo central não devolveu completamente as responsabilidades de administração financeira aos governos municipais. O Departamento de Silvicultura, por exemplo, ainda detém a responsabilidade de administração financeira. Apesar disso, ele devolveu algumas de suas funções aos governos municipais. O governo central parece não estar pronto para devolver as responsabilidades de administração financeira aos governos municipais porque teme perder poderes. Embora fossem atualizadas as posições de nível de governo municipal, muitos cargos continuam desocupados porque não são atrativos e as pessoas não estão dispostas a se deslocar do centro para os governos municipais.

O que pode ser feito para mobilizar mais recursos técnicos e financeiros?

Passo 4.1 Exigir dos governos municipais informações financeiras publicadas

É surpreendente quão efetivo é a publicidade de informações sobre quanto dinheiro está envolvido nas diversas atividades. Os cidadãos de um determinado distrito se interessam em saber dos recursos técnicos e financeiros que chegam a seu distrito. Portanto, a fim de promover a transparência e a prestação de contas, os líderes de governança florestal devem compilar relatórios financeiros e distribuí-los a todos os participantes, inclusive os CAMRNs. Os prestadores de serviços devem ser obrigados a apresentar relatórios ao governo municipal para fins de distribuição. Isto significa que cada departamento e ONG apresentaria relatórios financeiros durante as reuniões de participantes organizadas conforme os passos 1.2 e 1.3. A observação dos padrões por parte das ONGs, dos departamentos do governo e das OBCs deve ser verificada em relação ao montante de dinheiro utilizado para determinadas atividades. Isso promoveria a transparência e prestação de contas entre as diversas organizações. Os diretores financeiros em cada nível local devem exigir o exame dos relatórios financeiros em relação às atividades planejadas. (O Comitê Nacional de Finanças de Governos Municipais já se empenha pelo fortalecimento dos fluxos financeiros e os mecanismos de financiamento dos governos municipais).

Caixa 5. Transparência e prestação de contas

Durante um simpósio florestal organizado pela Universidade de Mzuzu, em setembro de 2004, os chefes e outros líderes locais pediram a prestação de contas por parte das ONGs referente ao dinheiro que elas gastaram com atividades florestais nos vários distritos do país. Isto foi uma indicação de que as pessoas das aldeias têm suspeitas sobre algumas organizações quanto a suas atividades e a quantia de recursos financeiros gastos com as mesmas.

Passo 4.2 Exigir reorientação e recrutamento de pessoal técnico de silvicultura que tem uma mentalidade de serviço em vez de fiscalização.

O processo de incentivo à comunidade (Fig.2) visa a conceder poder às comunidades para exijam serviços dos prestadores de serviços. As políticas novas, tais como as de agricultura e de extensão florestal em Malauí, dão ênfase ao fortalecimento da capacidade dos agricultores para criar demanda pelos serviços. Entretanto, sem um sistema profissional e experiente de extensão agrícola e florestal, é difícil atender à demanda dos agricultores ou das pessoas dependentes da floresta. Portanto, o governo municipal deve reorientar seus funcionários florestais e contratar mais funcionários preparados para prestar serviços ao povo. Esses funcionários devem ser treinados nos métodos participativos, na resolução de conflitos, planejamento e outras áreas necessárias. O governo central deveria oferecer aos governos municipais o auxílio técnico necessário.

EXPECTATIVA 5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALTA QUALIDADE

Uma boa combinação dos dois passos acima citados ofereceria um incentivo forte para melhorar efetivamente a prestação de contas na governação local de florestas. Mas, os processos institucionais, ou “como as coisas são feitas na instituição”, desempenham um papel fundamental na determinação de seu sucesso. Os sistemas e procedimentos conduzem ao sucesso ou ao fracasso das habilidades dos governos municipais de prestar serviços efetivamente às comunidades dependentes da floresta. A implementação efetiva do PNS depende, em grande parte, de quão bem os procedimentos de implementação e sistemas são observados. Esses sistemas e procedimentos podem incluir:

- Sistemas de comunicação
- Procedimentos de informação
- Procedimentos de resolução de conflitos
- Os valores e normas da organização
- Os sistemas de gerenciamento de informações
- E muitos outros

Todos estes são chamados de processos que apoiariam o fortalecimento bem-sucedido da governança florestal em nível local.

O governo central possui procedimentos pormenorizados sobre como as coisas devem ser efetuadas na administração civil. As ONGs também têm seus próprios procedimentos para administração de suas organizações. Todos os procedimentos de informação, resolução de conflitos e gerenciamento de informações estão claramente definidos. Pode-se dizer que a maquinaria existe e todas as pessoas sabem como as coisas devem ser feitas na organização em relação à prestação de serviços às pessoas dependentes da floresta.

Caixa 6. Mecanismos de nível local

Kafakoma et al (2004) revelou que, no projeto de Kamwamba no distrito de Mwanza, o comitê local de direção do projeto estabeleceu um sistema claro de execução do projeto no que diz respeito ao compartilhamento de benefícios, a prestação de informações, a resolução de conflitos e muitos outros aspectos. Foi observado, nesse projeto, que o comitê local de direção desempenha um papel muito importante na resolução de conflitos, mas se ele não tiver êxito os casos de conflito são encaminhados aos chefes. O comitê também estabeleceu um sistema de recompensas para todas as pessoas envolvidas no confisco de carvão vegetal ou outros produtos florestais no posto de controle na estrada. (O comitê local de direção de projeto é uma instituição geral de nível local, estabelecida para coordenar as atividades do projeto na área. A área de projeto abrange muitas aldeias com um grande número de VNRMS)

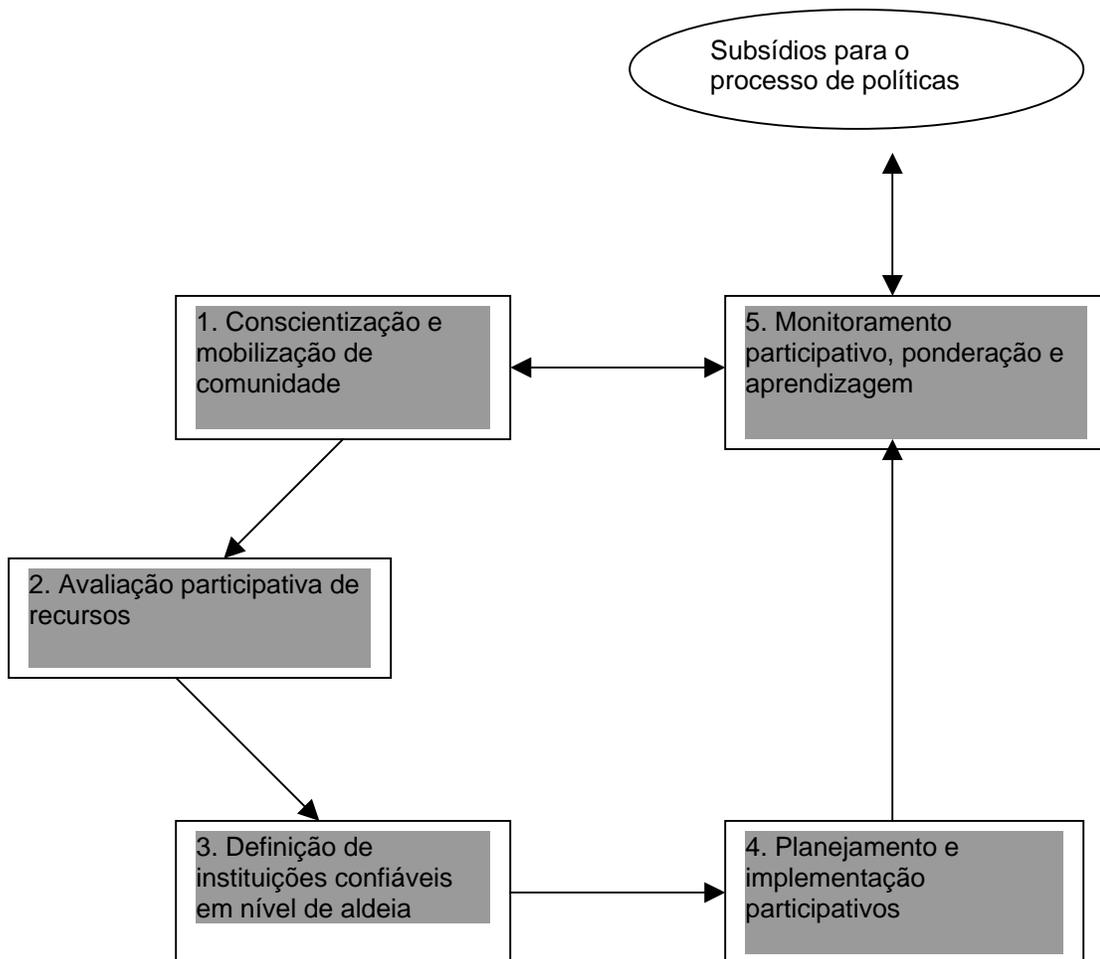
Os pontos fracos incluem a coordenação e comunicação entre várias organizações que prestam serviços florestais. Isso resulta na duplicação de esforços.

Os dois estudos feitos por Kafakoma et al (2004) e Sibale et al, (2004) revelam que o sistema de extensão do governo não funcionava de modo efetivo e que há muitas atividades florestais ilegais. Os estudos também revelaram que sempre ocorrem problemas no nível do governo municipal em relação à tomada de decisões sobre assuntos florestais. Os dois estudos também revelaram que os conflitos entre as pessoas locais e os funcionários florestais ocorreram principalmente devido a problemas de acesso aos recursos florestais e o controle dos mesmos. Por exemplo, as pessoas dependentes da floresta disseram que não tinham certeza sobre onde devem fazer suas queixas, se os funcionários florestais ou o funcionário do governo não estão cumprindo com suas expectativas ou se eles estão envolvidos em malversações, tais como atividades florestais ilegais.

O que pode ser feito para melhorar a qualidade da prestação de serviços?

A transparência e a prestação de contas são assuntos de solução delicada no setor de silvicultura do país. As pessoas dependentes da floresta acham que os funcionários florestais são mais corruptos e não são transparentes na sua maneira de negociar nas diversas transações florestais. Por outro lado, os funcionários florestais acusam as pessoas locais de não serem abertos, transparentes ou responsáveis e, como resultado disso, ocorre muito desmatamento no país (Kafakoma et.al 2004). Foi desenvolvido um fluxograma simples para assegurar que sejam prestados serviços florestais lógicos e transparentes às pessoas dependentes da floresta.

Figura 2: PROCESSO DE INCENTIVO À COMUNIDADE



Passo 5.1 Planejamento participativo de manejo florestal

Desde a aprovação da Política Florestal e a Lei, em 1996 e 1997, respectivamente, houve muito pouco progresso na ajuda dada às pessoas dependentes da floresta para elas desenvolverem planos para suas áreas de floresta. Na ausência de planos, as pessoas utilizam seus recursos de modo insustentável, liquidando a maior parte dos recursos florestais para satisfazer as necessidades básicas domésticas. A falta de um plano claro, de encargos e responsabilidades claramente definidos, e o mecanismo obscuro de compartilhamento de benefícios nos governos municipais contribuíram para o alto nível de desmatamento. A fim de afirmar o compromisso, a responsabilidade e a transparência entre os participantes, é necessário seguir os passos simples relacionados abaixo.

Certificar-se de que todos os membros das comunidades circunvizinhas da área dos recursos florestais em questão, tais como os líderes locais/chefes de aldeia, as autoridades tradicionais, vereadores, políticos, prestadores de serviços e outros participantes com interesses participem do planejamento a fim de definir e chegar a um acordo sobre os encargos e responsabilidades, identificar vinculações e concordar a respeito de modalidades de operações e dos mecanismos de compartilhamento de recursos e benefícios.

Como efetuar o planejamento participativo

O cartaz Nº 7 do Programa de Extensão e Treinamento de Silvicultura Social (PETSS) relaciona passos detalhados para o desenvolvimento participativo de um plano de manejo florestal baseado na experiência no campo, especialmente no distrito de Ntcheu. Os passos estão relacionados abaixo:

- 1 Desenvolver objetivos e planos para o manejo. Pedir aos participantes e as pessoas dependentes da floresta que analisem os dados florestais e compará-los com o que é necessário. Priorizar as necessidades e estratégias. Decidir como será obtido da floresta o que é necessário. Desenvolver regras de manejo e uma constituição para o comitê. Desenvolver um plano de ação e concordar a respeito dos papéis e responsabilidades.
- 2 Obter a aprovação da comunidade geral do plano de manejo. Apresentar o plano à comunidade inteira e assegurar que os líderes locais, tais como os chefes, tenham conhecimento do processo ou convidá-los à reunião. Permitir que esses líderes tenham participação completa nas discussões. Trabalhar com os outros prestadores de serviços ou funcionários de extensão para formular o plano de manejo em nome da comunidade. Se possível, envolver alguns indivíduos da comunidade que sabem escrever. Assegurar que o mecanismo de compartilhamento de benefícios e responsabilidades seja compreendido por todas as pessoas envolvidas. Neste passo, os papéis do governo municipal e de outros participantes devem ser claramente definidos.
- 3 Implementar o plano de manejo. Desenvolver um cronograma de trabalho para o plano de manejo. Identificar os recursos e as capacidades que existem na aldeia. Comparar as atividades com os recursos e capacidades que existem na aldeia antes de pedir ajuda. Parte do processo de incentivo é ajudar as pessoas dependentes da floresta a desenvolver uma proposta simples para obter financiamento com o apoio dos prestadores de serviços, tais como os funcionários de extensão

Passo 5.2 Monitoramento, ponderação e aprendizagem participativos

O monitoramento e a ponderação são funções essenciais no autodesenvolvimento de qualquer indivíduo ou instituição. Executado corretamente, o monitoramento participativo ajuda a identificar os problemas, medir o progresso em relação às metas, tirar lições e ajustar ou re-planejar para obter melhores resultados. Um dos objetivos deste conjunto de ferramentas é o de atribuir poder às pessoas que dependem dos recursos florestais. Obtém-se o poder através da contribuição para a formulação de políticas sobre a governança de recursos florestais. Este passo habilitará as pessoas a monitorar todas as atividades, processos e a dinâmica relativa ao manejo de recursos florestais pelos diversos atores e participantes. Por ponderar e aprender de suas experiências, as pessoas terão condições de exigir serviços melhores e poderão prestar subsídios ao governo municipal ou o governo central sobre assuntos de política.

Caixa 7. Monitoramento participativo e avaliação do Projeto de Kamwamba.

O comitê local de direção realiza reuniões mensais para analisar progresso do projeto. Além do relatório submetido pela equipe de monitoramento, os líderes locais fazem suas próprias apresentações baseadas na sua observação e opinião do progresso do trabalho acordado durante a reunião de revisão anterior. Depois de cada reunião, novos acordos são realizados e os planos são revisados. (Apêndice 2)

Por que são necessários o monitoramento participativo, a ponderação e a aprendizagem?

- Este processo ajuda a determinar se as atividades da comunidade estão seguindo o rumo correto
- Possibilita a indicação de maneiras de ajustar ou mudar planos, se necessário, para melhorar o desempenho
- O processo envolve os membros no planejamento e implementação das atividades tanto quanto seja possível
- Ajuda o grupo a melhorar sua efetividade por avaliar continuamente seu próprio progresso e, periodicamente, os resultados. Isso possibilita a tiragem de lições dos erros do passado e, portanto, aumenta a independência e força do grupo.

Como efetuar o processo de monitoramento participativo, ponderação e aprendizagem

1. Ministrando às comunidades dependentes da floresta treinamento sobre o monitoramento participativo, a avaliação e a ponderação. Este passo pressupõe a definição no passo 2.4, acima, dos critérios para medir o sucesso ou a realização dos objetivos em nível da comunidade.
2. Estabelecer uma equipe de monitoramento sediada na aldeia. Incluir mulheres, homens e outros líderes locais na equipe de monitoramento.
3. Realizar reuniões mensais ou trimestrais para analisar o progresso. Convidar vários participantes e comunidades para discutir o progresso da execução e realização das tarefas e responsabilidades acordadas. Pedir à equipe de monitoramento que apresente seu relatório, e a cada ator ou participante que também apresente seus relatórios do progresso de acordo com as tarefas acordadas, e permitir que os outros participantes comentem.
4. Utilizar as lições aprendidas para revisar plano, influenciar a mudança na comunidade e no nível do governo municipal. Documentar as lições e compartilhar com outros grupos no nível de distrito. As lições aprendidas podem ser apresentadas durante os foros florestais de distrito e distribuídas em várias formas, inclusive em boletins informativos, artigos de jornal, programas de rádio ou televisão.

CONCLUSÃO

A ferramenta acima descrita oferece passos práticos para ajudar as pessoas dependentes da floresta e os profissionais a melhorar a governança florestal. A experiência mostra que, em alguns casos, o governo e as ONGs fazem mais para incentivar a comunidade a participar efetivamente nas atividades de manejo florestal, conforme demonstrado nos três estudos de caso. Porém, é necessário mais trabalho para vincular as exigências e a influência das pessoas dependentes da floresta com os processos de formulação de políticas. Assim, o uso eficaz da ferramenta ajudaria essas pessoas e profissionais a fazer isso.

Referências

Anton, A. (2004) *Standards and guidelines for participatory forestry in Malawi*. Department of Forestry, Lilongwe, Malauí.

Kafakoma, R. Roka, M. e Chimutu, P. (2004) *Opportunities for forest governance in Malawi – Bridging the gaps. Training Support for Partners*, Lilongwe, Malauí.

Macqueen, D.J. e Bila, A. (2004) *Gleanings on governance*. IIED e UEM, Edimburgo, UK.

Sibale B e Banda G. (2004) *A study on livelihoods, governance and illegality: Law enforcement, illegality and the forest dependent poor in Malawi*.

APÊNDICE 1. AS PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS COM MELHORES PERSPECTIVAS PARA A GOVERNANÇA FLORESTAL EM MALAUÍ

1.0 Introdução

Esta seção apresenta três das práticas melhores baseadas na comunidade para o manejo dos recursos naturais do país. Os exemplos foram escolhidos de acordo com o que foi realizado e os impactos disso no manejo florestal na área onde se executam tais iniciativas. As lições aprendidas durante o estudo e nas iniciativas (práticas com melhores perspectivas) conduziria ao desenvolvimento de conjuntos de ferramentas que as pessoas dependentes da floresta e o Governo Municipal poderiam usar para melhorar a governança florestal nas suas áreas.

Levando em consideração o objetivo do estudo, a equipe analisou as práticas do CBNRM com as melhores perspectivas em relação ao Quadro de Subsistência Sustentável (QSS). As análises seguem o pentágono de subsistência em que as questões de bens sociais, humanos, físicos, naturais e financeiros foram examinados.

1.1 O Projeto Integrado de Manejo de Recursos Naturais da Comunidade de Kamwamba.

Este projeto teve seu início em 1996 sob o Projeto de Manejo Sustentável de Florestas Indígenas, o qual é implementado pela *Wildlife Society of Malawi*–WSM (Sociedade para a Vida Selvagem) de Malauí e financiado pela *German Agency for Technical Cooperation* – GTZ (Agência Alemã para Cooperação Técnica).

A comunidade do projeto incluía inicialmente as cinco aldeias de Kamwamba, George, Gobede, Manyenje e Chilimbwe, todas situadas na Autoridade Tradicional de Saimoni no distrito de Mwanza. Previa-se que o projeto se expandisse para incluir mais aldeias.

O âmbito do projeto abrangia uma área de cerca de 3000 hectares de floresta indígena. Com o passar do tempo, a área sofreu grande redução dos recursos florestais. Portanto, o projeto teve como objetivo encontrar maneiras de conservar os recursos florestais da área.

Análise do capital social.

Caixa 1. Vinculação institucional

Durante a avaliação do projeto, foi descoberto que a vinculação entre os comitês CAMRNs, o comitê local de direção e a WESM (Sociedade de Vida selvagem e Meio Ambiente do Malauí) foi mais forte do que a vinculação entre os CAMRNs e os funcionários de extensão de silvicultura na área do projeto. Kafakoma, 2003.

Cada uma das cinco aldeias da área do projeto tem um Comitê de Aldeia para Manejo de Recursos Naturais (CAMRN) para coordenar as atividades de recursos naturais em nível de aldeia. O Comitê de Direção Local é constituído de dois membros de cada um dos CAMRNs da área e ele coordena os interesses das comunidades a fim de atingir a meta do projeto. A abrangência de atividades do projeto inclui áreas tais como apicultura, viveiros, criação de galinhas d'angola, fabricação de mobília de bambu, produção de briquetes a partir de papel usado e

processamento de frutos indígenas. De modo geral, essas atividades são administradas por clubes nas áreas de interesse. Há mais de 30 clubes que abrangem essas atividades.

Os líderes tradicionais do projeto cumpriram seu papel legítimo servindo como instrumento para a mobilização da comunidade. De modo geral, todos os comitês são mobilizados pelos líderes da aldeia quando estes desejam convocar reuniões. A WESM, como um facilitador principal desse projeto, trabalha através dos trabalhadores baseados na comunidade cujo papel inclui a mobilização da comunidade, treinamento e o papel de ligação entre as pessoas e a administração de projeto. Os funcionários de extensão de outros departamentos e ONGs utilizam as mesmas estruturas de nível

de aldeia para facilitar suas atividades. Esta abordagem tem dado muito apoio às instituições de nível de aldeia no fortalecimento das atividades de governança florestal. Os CAMRNs do projeto conseguiram aplicar seus regulamentos pelo estabelecimento de postos de controle nas estradas porque eles gozam de reconhecimento legal. Os papéis dos funcionários de extensão florestal e os do CAMRNs em relação à fiscalização são claros, mas os funcionários do governo tendem a minar a participação dos aldeões na fiscalização. Com o apoio dos funcionários de extensão os aldeões podem, em conjunto, exigir o tipo de serviço que eles desejam receber da ONG e do governo.

Capital Natural

Foi mencionado antes que a área do projeto em Kamwamba é de mais de 3000 hectares de floresta indígena. Esta terra sofreu a redução da cobertura florestal natural. Essa redução foi o resultado da comunidade converter o capital natural para capital financeiro por vender lenha e carvão. A abertura da área pela construção de estrada asfaltada ofereceu acesso fácil para as pessoas entrarem nas áreas que abasteciam o mercado com os referidos produtos. Portanto, o projeto foi concebido e implementado, na maior parte, para proteger os recursos através da oferta de fontes alternativas de renda e outras estratégias.

A comunidade concordou em fortalecer o recurso natural pela aceitação de regras e regulamentos sobre o acesso aos recursos florestais. Por exemplo, os comunitários concordaram que ninguém da comunidade colheria o recurso para a vender como lenha ou carvão a não ser para o uso doméstico. A produção e comercialização do carvão também não são permitidas na comunidade. Os transgressores são penalizados. Isso promoveu compartilhamento melhor e gestão eqüitativa dos recursos florestais 'comuns' em nível da comunidade.

Várias atividades do projeto, tais como a apicultura, extração de sucos das frutas das árvores mlambe e bwemba e a fabricação de mobília de bambu em Kamwamba, dependem da disponibilidade de capital natural. Isso exigiu que a comunidade compreendesse a necessidade de conservar e manejar o capital natural para o bem-estar da própria comunidade. Por exemplo, a comunidade entende que a apicultura precisa de um ambiente de vegetação e, portanto, ela faz questão de controlar os incêndios florestais, possibilitando a sobrevivência de matagais, plantas novas e animais. Cada vez mais aldeões na área estão plantando suas próprias árvores. Há interesse cada vez maior na área do projeto para as pessoas cultivar, plantar e até mesmo vender mudas de árvores.

O visitante à área do projeto vê evidência visível da regeneração da floresta natural nas terras próprias, resultado das iniciativas implementadas pelo povo.

Capital Financeiro

Conforme mencionado acima, o projeto foi financiado pela GTZ e implementado pela WESM. Parte do sucesso do projeto é atribuída a essa contribuição financeira, que permitiu a iniciação de algumas das atividades com o uso desse fundo para sementes.

O projeto estabeleceu um arranjo em que Comitê Local de Direção faz uma poupança de 40% de renda em sua conta para atividades de desenvolvimento da aldeia; outros 40% são depositados no banco para sustentar os processos de produção e os outros 20% são pagos à comunidades que processa o suco. Todas as comunidades beneficiam-se do rendimento através dos 40% usados para financiar atividades de desenvolvimento, inclusive a provisão de empréstimos para pequenas empresas.

Os comunitários envolvidos nas diversas atividades geradoras de renda, tais como a apicultura, a criação de galinhas d'angola e a fabricação de cadeiras de bambu, também estão faturando lucros com rendas significativas para si mesmos. Os comunitários reconhecem que, devido à criação de

galinhas d'angola, eles podem construir casas boas e enviar as crianças para a escola por causa da renda que eles geram pela venda das aves.

Essas fontes de renda para comunidade são alternativas para a venda de lenha e a produção de carvão que destroem o meio ambiente. Na realidade, esta foi estratégia principal do projeto para proteger e manejar o meio ambiente.

Capital humano

O capital humano mais importante disponível para o projeto são os próprios comunitários que foram equipados de habilidades e mecanismos para a gestão de seus próprios recursos. Isso foi possibilitado pela WESM. Foram ministrados vários cursos sobre liderança e administração que tiveram como resultado uma capacidade melhor na comunidade para se organizar e administrar suas próprias atividades. Com a ajuda da WESM, elas desenvolveram instrumentos, tais como regulamentos, que governam o manejo de seus recursos. Isso permitiu à comunidade desenvolver um senso de propriedade quanto aos recursos que ela maneja.

As outras habilidades que a comunidade adquiriu aumentam o acervo de conhecimentos disponíveis para uso na comunidade. A habilidade inclui, conforme mencionado acima, o processamento de sucos de frutas, a criação de galinhas d'angola, a produção de briquetes e muitas outras atividades.

A disponibilidade de funcionários de nível de campo, empregados pela WESM, aumentou o nível do capital humano necessário para apoiar os esforços feitos em nível de aldeia. Isso tem sido um elemento importante para o melhoramento da organização social da comunidade.

Capital Físico

Os beneficiários utilizaram recursos financeiros provenientes das atividades do projeto para melhorar suas habitações. Fundos do projeto foram utilizados também para consertar poços para o benefício da comunidade. O projeto também construiu a fábrica de processamento de sucos de frutas, que emprega muitas pessoas que, de outra forma, teriam sido envolvidas nas atividades de produção de lenha e carvão.

1.2 *Bwanje Environmental Rural Development Organization* – BERDO (Organização de Desenvolvimento Rural de Bwanje)

Um Auxiliar de Silvicultura (AS), preocupado pela degradação ambiental grave e o desmatamento na área de Bwanje em Ntcheu, decidiu mobilizar as pessoas na sua área de trabalho para fazer algo para solucionar o problema. Depois de conhecer vários procedimentos participativos, ele se considerou equipado para aumentar o nível de conscientização e mobilizar as pessoas dependentes da floresta na sua área de trabalho. Equipado de habilidades participativas, o AS estabeleceu a OBC, registrada atualmente como uma ONG, como uma maneira de promover e incentivar as pessoas a assumir a responsabilidade de manejar seus recursos florestais. Essa ONG atua atualmente em mais de 300 aldeias. O que é interessante dessa ONG é sua abordagem holística para o fortalecimento do manejo florestal sustentável pelas as pessoas dependentes da floresta.

Capital social

Utilizado um comitê de aldeia de manejo de recursos naturais como um ponto de partida, a OBC, que se converteu em ONG, ampliou seu alcance para incluir muitas outras instituições de nível de aldeia que se dedicam à subsistência das pessoas. Existem muitos outros comitês, tais como os comitês de mananciais, comitês de saúde, associações de agricultores e outros que se envolvem em vários

aspectos das atividades do projeto da ONG. Ela tem um comitê local de direção que monitora o trabalho nas aldeias, e uma diretoria local que inclui oficiais aposentados comprometidos e políticos que fazem um papel importante incentivando e promovendo a participação pela comunidade no projeto. Visto que os benefícios provenientes da floresta precisam de muito tempo para se materializar, o projeto tem vários outros componentes dos quais as pessoas podem derivar benefícios em curto prazo para satisfazer suas necessidades básicas. Além de desenvolver redes fortes dentro da área de impacto, a BERDO tem também relações fortes com líderes locais, políticos, outras ONGs nacionais, doadores e o governo. Muitas outras aldeias fora da área demarcada da BERDO também começaram a adotar as práticas das outras aldeias na área do projeto da BERDO.

Capital Natural

A área de Bwanje possui um grande número de lavouras de tabaco que contribuíram para a redução das árvores indígenas. O estabelecimento da BERDO como uma ONG na área ajudou no fortalecimento da capacidade das pessoas de participar na fiscalização florestal. Isso serviu de ajuda para regenerar a área ao mesmo tempo em que muitas pessoas têm lotes para lenha nos terrenos de seus domicílios. As pessoas dependentes da floresta desenvolveram regras e regulamentos que são observados na utilização dos recursos florestais. Por exemplo, elas concordaram que os donos de propriedades nunca devem entrar na área para cortar as árvores para a secagem de tabaco. Apenas as comunidades dentro da área são permitidas a terem acesso às áreas florestais para juntar lenha e outros produtos florestais não madeireiros. Isso melhorou o manejo dos recursos florestais da área.

Muitas atividades do projeto em Bwanje estão ligadas ao melhoramento do manejo sustentável dos recursos naturais. Atividades, tais como o melhoramento da segurança alimentar, Atividades Geradoras de Renda (AGR) e o estabelecimento de lotes de lenha, aumentaram a percepção da comunidade da necessidade de conservar e gerir o capital natural para seu próprio bem-estar.

Capital Financeiro

A abordagem comunitária e o espírito de auto-ajuda entre os membros da comunidade são suficientes para motivar os doadores tais como Oxfam, COMPASS, A Embaixada Americana, o Programa de Silvicultura Social da UE e MAFE para apoiar a BERDO. Ao longo dos anos desde 1994, houve um fluxo contínuo de recursos técnicos e financeiros para as atividades e organização do projeto. A utilização eficaz dos recursos financeiros obtidos dos vários doadores atraiu o apoio por parte de outros doadores. É evidente, também, que os resultados das atividades do projeto estão oferecendo benefícios para a maioria das pessoas na área. Isso melhorou a motivação e compromisso por parte das pessoas de participar nas atividades do projeto.

Capital humano

A BERDO conseguiu realizar mais devido ao apoio técnico recebido das ONGs, dos doadores e do governo. As pessoas dependentes da floresta fizeram vários tipos de cursos de treinamento relativos ao manejo de recursos naturais sustentáveis, que incluem os seguintes: manejo de recursos naturais, liderança, HIV/AIDS, assuntos de gênero, atividades geradoras de renda, e muitos outros. As áreas florestais de aldeia na área de impacto da organização possuem planos de manejo desenvolvidos pelas próprias comunidades. As atividades do projeto beneficiam-se muito dos conhecimentos indígenas e dos materiais locais. Notou-se que as atividades de plantação de árvores são feitas com sementes juntadas localmente.

Capital Físico

As atividades do projeto incluem a provisão de amenidades sociais, tais como mananciais na forma de poços, infra-estrutura de estradas melhorada com o apoio de MASAF (Fundo de Ação Social de

Malauí). A renda gerada pelas AGRs ajudou as pessoas locais a obter suas necessidades básicas, inclusive a construção de casas permanentes. A provisão de amenidades sociais, tais como poços, é ligada ao manejo sustentável de recursos naturais. Além da tiragem de água para beber, os poços construídos ou reabilitados por meio dessa organização são usados para regar os viveiros de árvores e hortas.

1.3 Área Florestal da Aldeia de Majiashawa (Aldeia Shaba – Mzimba)

O interesse da comunidade e sua dedicação ao manejo de recursos naturais começou há muito tempo. As pessoas disseram que aprenderam a manejar e proteger a Área Florestal de Aldeia (AFA) contra seus antepassados. Os aldeões queriam continuar o trabalho de seus antepassados, mas de forma profissional; por isso, procuraram o Escritório de Silvicultura de Distrito para obter apoio técnico. Em 1994, a comunidade se mobilizou e formou o CAMRN para administrar a Área Florestal de Aldeia de Majiatuwa com a ajuda técnica do Auxiliar de Silvicultura. A AFA possui regulamentos (não aprovados pelo governo) que os autorizam a confiscar produtos florestais obtidos ilegalmente e castigar os ofensores na aldeia independentemente de sua posição social. Mais interessante é o fato que eles conseguiram atrair a atenção de muitas organizações que estão dando apoio à comunidade com outros projetos que tratam de suas necessidades básicas, permitindo, assim, a regeneração das áreas florestal da aldeia.

Capital social

Além do CAMRN, a aldeia possui outros comitês responsáveis pela saúde, a educação, o policiamento da comunidade, o desenvolvimento físico (pontes, estradas), a agricultura, a administração de terras e Atividades Geradoras de Renda. Essas instituições trabalham muito de perto através de reuniões, pelo menos uma vez por mês, em que elas planejam, monitoram e avaliam ou ponderam suas atividades de subsistência. A vinculação forte também existe entre o CAMRN e os líderes locais, tais como o chefe de aldeia, o chefe de grupo de aldeia e assessor de bairro. Mulheres ocupam cargos de tomada de decisões no CAMRN.

Há papéis e responsabilidades bem definidos entre os atores no Manejo de Recursos Naturais (MRN) desta aldeia. Por exemplo, o papel do chefe da de aldeia na gestão da AFA trata-se especificamente de mobilizar a comunidade para ação e solucionar conflitos relativos à silvicultura. A aldeia tem um comitê para o policiamento da comunidade que, entre outras atividades, vigia e prende pessoas que invadem a AFA. As vinculações institucionais e fluxo de informações entre as diversas instituições na aldeia e entre a AFA e o governo municipal são claros e sistemáticos. O respeito forte por suas crenças culturais de Ngoni fortaleceu o trabalho em equipe, unindo as entidades na gestão da AFA. A Universidade de Mzuzu está ajudando as instituições a compilar seus planos de manejo, bem como regulamentos e uma constituição.

Capital Natural

Os membros do comitê CAMRN indicaram que sua AFA ainda existe hoje devido aos esforços de seus antepassados que cuidavam da floresta. O que fazem atualmente é a continuação do trabalho de seus antepassados. A única diferença é que os antepassados não tinham um plano de manejo escrito ou regulamentos. A aldeia produz muito tabaco do tipo do Norte, defumado e escuro, que requer muita lenha para sua secagem. Não é permitido que ninguém corte as árvores para a secagem de tabaco ou para venda na AFA. A maior parte de suas necessidades de lenha para cozinhar e outros usos domésticos é obtida dos lotes individuais de família. O CAMRN fez uma avaliação do solo para fins de planejamento quanto aos tipos de árvores e uso da terra. O CAMRN estabeleceu limites florestais que também servem como faixas de terra limpa para impedir o alastramento de incêndio florestal a fim de minimizar os danos aos recursos florestais. O comitê

incentiva cada família a estabelecer lotes próprios para madeira de onde colheria sua lenha para uso doméstico e secagem de tabaco. Convém informar que a área ainda possui uma quantia considerável de árvores indígenas nas terras tradicionais das quais muitas famílias dependiam e, por conseguinte, há pouca pressão para tirar produtos florestais da AFA. Isso possibilita a regeneração da AFA.

Capital Financeiro

O CAMRN definiu e formulou claramente as condições de uso e compartilhamento de benefícios provenientes da AFA. Por exemplo, permite-se que os membros da comunidade da aldeia colham árvores mortas para uso doméstico, bem como para produtos florestais não madeireiros (PFNM). Constatou-se claramente que os indivíduos da comunidade geram renda pela venda de PFNM e de seus próprios lotes domiciliares de madeira para suprir suas necessidades básicas domésticas. Não se permite que ninguém desgalhe ou corte árvores da AFA para venda como lenha ou carvão.

Pelo contrário, permite-se que os comunitários de outras aldeias colham apenas produtos florestais não madeireiros. Se eles quiserem adquirir árvores, será necessário comprá-las e o dinheiro será usado para outras atividades de desenvolvimento da aldeia. Sua dedicação e trabalho em equipe chamaram a atenção de várias instituições que oferecem apoio técnico e financeiro ao CAMRN para projetos que atendem às necessidades básicas da comunidade, eliminando, assim, a necessidade de os recursos florestais serem vendidos para suprir tais necessidades básicas. As organizações que deram apoio a essa comunidade incluem: O Malawi Social Action Fund (Fundo de Ação Social de Malauí, World Vision International (Visão Mundial Internacional) e o Projeto de Manejo de Silvicultura e Sustentável. A introdução de apicultura à AFA fez com que a comunidade se apercebesse da necessidade de conservar e manejar os recursos florestais, tendo compreendido que as abelhas precisam de árvores para produzir mel e também como habitat para elas.

Capital humano

Os funcionários de Extensão de Silvicultura, as ONGs e outros projetos oferecem treinamento contínuo ao CAMRN sobre governança florestal e em outras áreas técnicas e questões associadas. Isso fortaleceu a capacidade do CAMRN para sua liderança competente de outras pessoas nessa intervenção. O comitê também recebeu treinamento sobre a redação de propostas, algo que o ajudou a pedir financiamento de outras instituições como, por exemplo, o MASAF, em nome da comunidade.

O conhecimento indígena que existia na comunidade facilitou o interesse e empenho em prol do manejo de recursos florestais.

Capital Físico

Existe uma estrada boa para a aldeia que facilita o acesso, atraído o apoio de outras instituições para outras necessidades básicas conforme mencionado acima.

1.4 Lições gerais das três práticas com melhores perspectivas, citadas acima

- A dedicação do Auxiliar de Silvicultura tem grande impacto na mobilização e motivação das pessoas para que participem nas atividades de manejo dos recursos naturais.
- A confiança que as pessoas locais tiveram no trabalhador de extensão florestal desempenhou papel importante para incentivar os doadores, políticos, ONGs e, principalmente, as pessoas dependentes da floresta.
- Pode-se concluir que a participação é melhorada quando os benefícios e incentivos para participação são compreendidos por todos os membros da comunidade.

- O processo de incentivo em nível de comunidade habilitou as pessoas a priorizarem seus problemas e necessidades. Isso fez com que fosse possível para eles exigirem o tipo de serviços que eles querem obter das ONGs e do governo a fim de satisfazer suas necessidades e resolver seus problemas.

É possível obter maior segurança de subsistência através do acesso a produtos florestais, de maneira sustentável.